

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação Hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A reestruturação do setor de telecomunicações no
Brasil veio acompanhada da privatização do Sistema
TELEBRAS — operado pela Telecomunicações Brasileiras
4 S.A. (TELEBRAS) —, monopólio estatal verticalmente
integrado e organizado em diversas subsidiárias, que prestava
serviços por meio de uma rede de telecomunicações
7 interligada, em todo o território nacional.

A ideia básica do novo modelo era a de adequar o
setor de telecomunicações ao novo contexto de globalização
10 econômica, de evolução tecnológica setorial, de novas
exigências de diversificação e modernização das redes e dos
serviços, além de permitir a universalização da prestação de
13 serviços básicos, tendo em vista a elevada demanda reprimida
no país.

A privatização, ao contrário do que ocorreu em
16 diversos países em desenvolvimento e mesmo em outros
setores de infraestrutura do Brasil, foi precedida da montagem
de detalhado modelo institucional, dentro do qual se destaca a
19 criação de uma agência reguladora independente e autônoma,
a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Além
disso, a reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro
22 foi precedida de reformas setoriais em vários outros países, o
que trouxe a possibilidade de aprendizado com as experiências
anteriores.

José Claudio Linhares Pires. *A reestruturação do setor de telecomunicações
no Brasil*. Internet: <www.bndespar.com.br> (com adaptações).

Conforme as ideias veiculadas no texto **A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil**,

- 1 o rompimento do monopólio do Sistema TELEBRAS ocorreu com vistas à adequação desse sistema às necessidades do mercado globalizado.
- 2 antes da privatização do Sistema TELEBRAS, a prestação de serviços básicos de telecomunicações era feita de forma global e universal, abrangendo todos os rincões do país.
- 3 com a reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, o Estado, por meio da ANATEL, passou a exercer controle total desse setor de serviços, definindo, entre outros aspectos, o modo como as empresas prestadoras de serviços de telecomunicação devem se comportar no mercado, quanto investirão e de que modo o farão.

4 relativamente à adequação do setor de telecomunicações ao novo contexto de evolução tecnológica setorial e de diversificação e modernização das redes e dos serviços, o pressuposto era o de que a administração privada, mas regulada, dos serviços de telecomunicação poderia proporcionar eficiência, qualidade, presteza e resultados positivos a esses serviços.

No que se refere às estruturas linguísticas e às ideias do texto **A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil**, julgue os itens seguintes.

- 5 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, nas estruturas “da privatização” (ℓ.2), “da montagem” (ℓ.17) e “de reformas setoriais” (ℓ.22), os elementos sublinhados podem ser substituídos, respectivamente, pelas formas **pela**, **pela** e **por**.
- 6 O trecho “monopólio estatal verticalmente integrado e organizado em diversas subsidiárias” (ℓ. 4 e 5) funciona, sintaticamente, como expressão explicativa em relação a “Sistema TELEBRAS” (ℓ. 2 e 3).
- 7 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam preservados se, no primeiro parágrafo, todas as vírgulas fossem eliminadas e a forma verbal “prestava” (ℓ.5) fosse substituída por **prestavam**.
- 8 No segundo parágrafo do texto, há relação de encadeamento entre “adequar” (ℓ.8) e “permitir” (ℓ.12), formas que se relacionam com a expressão “A ideia básica do novo modelo” (ℓ.8).
- 9 A substituição de “autônoma” (ℓ.19) por **com autonomia** prejudicaria a correção gramatical do texto.

1 Desde 1990, no Brasil, tem havido uma melhora
sistemática do coeficiente de Gini, índice comumente utilizado
para medir a desigualdade de distribuição de renda: melhorou
4 dos 0,603 de 1993 para os 0,501 de 2013.

Tendo por base os valores de 1998, ano da
privatização dos serviços de telecomunicações do Brasil, o PIB
7 *per capita* do brasileiro aumentou apenas 35,0% no período
findo em 2014, ao passo que, no mesmo período, a densidade
de telefones fixos aumentou 84,5% e a de telefones celulares
10 aumentou 3.114%.

A penetração dos serviços de telefonia — fixa ou
móvel — só não foi maior devido ao irrisório crescimento da
13 renda *per capita* no período, agravado pela carga tributária
incidente sobre serviços de telecomunicações, essenciais para
o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

No cenário mundial, o Brasil passou do 54.º lugar, em
2002, para o 65.º lugar, em 2013, segundo o índice de
desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação
(TIC), da União Internacional de Telecomunicações, indicando
19 que o país está defasado no aproveitamento dos benefícios que
as TIC propiciam para o desenvolvimento sustentável com
22 inclusão social e com inserção no mundo globalizado.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de
Domicílios (PNAD) 2013, 92,5% dos domicílios tinham acesso
25 aos serviços telefônicos — fixos ou móveis. Em 1998, apenas
32% dos domicílios tinham acesso a esses serviços, o que
indica um volumoso aumento no período mencionado.

No final do primeiro semestre de 2015, 41.310
localidades eram servidas pela telefonia fixa, em função da
realização das metas do Plano Geral de Metas de
28 Universalização; no final do primeiro semestre do ano
anterior, eram 40.907 localidades e, em 1992, eram 16.950.

O ambiente socioeconômico do setor de telecomunicações. In: O desempenho do setor de telecomunicações no Brasil. Séries temporais IS15. Elaborado pela Telebrasil em parceria com o Teleco. Rio de Janeiro, agosto de 2015, p. 7-9. Internet: <www.telebrasil.org.br > (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto **O ambiente socioeconômico do setor de telecomunicações**, julgue os itens subsequentes.

- 10 Do texto se deduz que o fato de, em 2013, o Brasil passar a ocupar a 65.ª posição no ranque internacional de desenvolvimento de TIC indica que, embora o setor de telecomunicações do país tenha tido significativo desempenho, este tem de melhorar em comparação aos índices de desenvolvimento sustentável com inclusão social e com inserção no mundo globalizado dos países ricos e desenvolvidos.
- 11 Conforme os dados da PNAD mencionados no texto, houve enorme aumento de acesso, por domicílio, aos serviços telefônicos fixos ou móveis, no período compreendido entre 1998 e 2013.
- 12 A evolução do PIB *per capita* mostra que, de 1998 a 2014, o poder aquisitivo médio do brasileiro aumentou na mesma proporção que a densidade de telefones fixos e celulares nos domicílios do país.
- 13 Houve significativa melhoria do desempenho socioeconômico do setor de telecomunicações, se comparados 1998, ano da privatização desses serviços, e 2015, ano corrente, cujo primeiro semestre é objeto de análise no texto.

Com relação às estruturas linguísticas do texto **O ambiente socioeconômico do setor de telecomunicações**, julgue os seguintes itens.

- 14 Na linha 13, a flexão do termo “agravado” na forma feminina faria que esse termo passasse a concordar com “renda *per capita*”, sem que isso resultasse em prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.
- 15 Desde que fossem feitas as necessárias adaptações redacionais, o conteúdo veiculado no texto em apreço poderia compor o corpo de um relatório referente ao crescimento socioeconômico do setor de telecomunicações no Brasil, desde a privatização do setor.
- 16 O enunciado “índice comumente utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda” (ℓ. 2 e 3) tem função adjetiva, pois confere uma qualidade ao antecedente “coeficiente de Gini” (ℓ.2), à semelhança do que ocorre, no segundo parágrafo, com “ano da privatização dos serviços de telecomunicações do Brasil” (ℓ. 5 e 6) em relação a “1998” (ℓ.5).
- 17 No final do primeiro parágrafo, caso se substituíssem o sinal de dois-pontos por vírgula e a palavra “melhorou” por **que passou**, a correção gramatical do período seria mantida.

Acerca das características gerais dos diversos tipos de comunicação oficial, julgue os itens a seguir, com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 18 Na elaboração de um ofício de mero encaminhamento, o autor da comunicação pode eximir-se da escrita de parágrafos de desenvolvimento.
- 19 O documento conhecido como exposição de motivos tem uma forma básica de estrutura, independentemente de sua finalidade.
- 20 A mensagem, assim como o aviso, o ofício e os demais atos assinados pelo presidente da República, deve conter a identificação de seu signatário.

Com relação a aspectos gerais de forma e de linguagem das comunicações oficiais, julgue os itens que se seguem, conforme o **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 21 É obrigatório, nas comunicações oficiais, o emprego do superlativo ilustríssimo para as autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria e para particulares.
- 22 Nas comunicações oficiais, há sempre um único comunicador, o serviço público, sendo os receptores dessas comunicações o próprio serviço público ou o conjunto de cidadãos ou instituições, estes tratados de forma homogênea.

1 If you are an artist who has complained about the oil industry and the way fossil fuel extraction is damaging the environment, you now have a chance to put your money where
4 your mouth is. The climate change activist organization Platform London has launched Fossil Funds Free, a campaign that asks artists, photographers, playwrights, and other cultural
7 producers to pledge to refuse sponsorship, grants, and awards from oil companies. Those who join will be able to slap a Fossil Funds Free logo on their work and exhibitions, letting
10 collectors and visitors know that such companies do not support them.

Internet: <http://hyperallergic.com > (adapted).

According to the text above, judge the following items.

- 23 Fossil Funds Free is intended for artists with a history of formal complaints against oil companies.
- 24 The Fossil Funds Free campaign consists in publicly coming out as an artist who promises not to accept to be financially sponsored by or otherwise benefit from fossil fuel companies.

- 25 Artists who participate in the Fossil Funds Free campaign will be allowed to place stickers on their works.
- 26 In the text, “to put your money where your mouth is” (ℓ. 3 and 4) can be correctly replaced by **to act on your outspoken beliefs**, although this change results in a more formal text.
- 27 It is correct to infer that Platform London will sponsor the artists who decide to take part in the Fossil Funds Free campaign.

Julgue os próximos itens acerca dos princípios administrativos e da responsabilidade dos agentes públicos.

- 28 A teoria do órgão, segundo a qual os atos e provimentos administrativos praticados por determinado agente são imputados ao órgão por ele integrado, é reflexo importante do princípio da impessoalidade.
- 29 A absolvição de servidor público na esfera administrativa por negativa de autoria de fato que configure simultaneamente falta disciplinar e crime repercute na esfera criminal para afastar a possibilidade de condenação.

Em alguns estados e municípios brasileiros foi instituída restrição periódica de trânsito de veículos automotores, popularmente conhecida como rodízio. Tendo como referência os poderes da administração pública, julgue os itens a seguir a respeito desse assunto.

- 30 O estabelecimento da restrição de trânsito de veículos automotores deve ser feito de forma criteriosa para evitar desvio de poder, o que ocorre quando a limitação é feita com base, por exemplo, exclusivamente no ano de fabricação do veículo.
- 31 O rodízio de automóveis estabelecido pela administração pública configura exercício do poder de polícia.

Julgue os itens que se seguem acerca de improbidade administrativa.

- 32 Como a lei de improbidade administrativa tem abrangência nacional, não há nenhuma margem para o exercício da competência legislativa concorrente e complementar por parte de estado da Federação.
- 33 O enquadramento de ato como atentatório à probidade administrativa parte de uma concepção restrita da legalidade, o que resultou em enumeração taxativa de condutas no texto legal.
- 34 No caso de ato de improbidade administrativa que traga prejuízo ao erário, a responsabilidade do agente público envolvido será objetiva se ficar comprovado que o agente era flagrantemente incompetente para praticar o referido ato.
- 35 A indisponibilidade de bens do agente indiciado por improbidade administrativa tem natureza preventiva e, por isso, não se configura como sanção.

A respeito das licitações públicas e dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir à luz da legislação pertinente.

- 36 O prazo de vigência do contrato administrativo deve ser contado a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, e não da data da sua assinatura.
- 37 A fase externa da licitação, conforme previsão legal, tem início com a divulgação do edital.
- 38 No caso de licitação dispensada, a administração pública, mediante o exercício do poder discricionário, poderá estabelecer rito particular de seu interesse para a aquisição de bem ou serviço.
- 39 As cláusulas classificadas como acessórias, tipicamente presentes no contrato administrativo, garantem a supremacia do interesse público ao concederem várias prerrogativas à administração pública.

Um órgão da administração pública contratou uma empresa para realizar a reforma da instalação elétrica de seu edifício sede. Para isso, celebrou com a empresa contrato administrativo válido por 12 meses, no valor de R\$ 150.000,00.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 40 O agente que eventualmente tenha sido designado como fiscal do contrato terá a atribuição de aplicar as sanções administrativas previstas no edital.
- 41 Nessa situação, uma garantia contratual teria que constar no edital, e seu valor máximo seria de R\$ 15.000,00.
- 42 Por ser o serviço de natureza contínua, o contrato poderia ser prorrogado por iguais períodos de tempo até o limite de 60 meses.
- 43 O contrato poderia ser reequilibrado caso fosse criado, durante sua vigência, tributo que impactasse nos preços nele acordados.
- 44 Entre outros pressupostos para que o contrato administrativo em apreço possa ser prorrogado, a previsão dessa possibilidade de prorrogação tem de ter sido inscrita tanto no edital licitatório quanto no texto do próprio contrato.
- 45 No caso apresentado, o percentual máximo permitido em lei para aumento no valor do contrato será de 25% sobre R\$ 150.000,00.

Em relação ao Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), julgue os itens seguintes.

- 46 O Regulamento indica a rapidez no atendimento às solicitações e reclamações dos assinantes de SCM como um dos parâmetros a ser considerado na aferição da qualidade da prestação desse serviço.
- 47 O SCM é um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo que é prestado nos regimes público e privado, que pode ser associado à oferta de serviços com características do serviço telefônico fixo comutado (STFC).
- 48 Segundo o Regulamento, a prestação do SCM depende de prévia autorização da TELEBRAS, e o número de autorizações que podem ser expedidas deve obedecer ao limite imposto na Lei Geral das Telecomunicações (LGT).

Com base no Decreto n.º 7.175/2010, julgue os itens subsecutivos acerca do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

- 49 Entre as metas do PNBL estão a aceleração do desenvolvimento econômico e social, a promoção da inclusão digital e a ampliação dos serviços do Governo Eletrônico.
- 50 No âmbito do PNBL, cabe à TELEBRAS implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal, bem como prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para hospitais, por exemplo.

Espaço livre
